

**Cargo: S09 - ANALISTA PREVIDENCIÁRIO - JURÍDICO****Disciplina: Conhecimentos na Área de Formação**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
22	As disposições constantes dos §§ 5º e 6º do art. 201 da Constituição Federal são autoaplicáveis.	A opção de resposta apontada como correta pelo candidato, não apresenta uma lista “incompleta” de princípios, mas sim uma lista incorreta, portanto tal opção não pode ser considerada como correta.	INDEFERIDO	-
30	Os negócios jurídicos benéficos a apenas uma das partes se interpretam de forma restritiva.	A interpretação de um negócio jurídico benéfico, em que uma das partes está isenta de contraprestação ou somente se beneficia de ato de liberalidade da outra, não podem ser interpretados de forma ampla ( <i>lato sensu</i> ). O sentido da resposta correta é este, de não permitir a interpretação deste tipo de negócio jurídico para além do seu sentido literal.	INDEFERIDO	-
31	A pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes prescreve em 1 (um) ano.	Apesar da jurisprudência citada pelo candidato, a alternativa apontada como correta pelo gabarito não está errada, eis que baseada em texto expresso de lei. Ademais, todas as outras opções de resposta são incorretas. A pretensão do DPVAT não reflete a situação de segurado e segurador prevista no artigo 206, § 1º, inciso II, sendo, portanto excepcional. Assim, a questão só apresenta uma alternativa correta.	INDEFERIDO	-
34	A tutela de evidência só pode ser concedida liminarmente nos casos de prova exclusivamente documental apresentada pelo autor, acompanhada de tese firmada em casos repetitivos ou súmula vinculante, ou quando se tratar de pedido reipersecutório, com prova documental do contrato de depósito.	A alternativa indicada como correta pelo candidato, não encontra respaldo legal pois nos casos de tutela de urgência de natureza antecipada não pode haver perigo de irreversibilidade, sendo certo que o § único do artigo 311 é claro ao estabelecer que apenas nas hipóteses citadas na alternativa correta do gabarito é que o juiz poderá decidir liminarmente. No mais, a argumentação do candidato é contrária ao texto de lei.	INDEFERIDO	-
35	O momento de formação do litisconsórcio facultativo é sempre a petição inicial.	A inclusão de litisconsorte <b>ativo</b> facultativo, após a distribuição da ação judicial, configura desrespeito à garantia constitucional do Juiz Natural (artigo 5º, incisos XXXVII e LIII, da Constituição da República de 1988). No entanto, considerando a ausência da expressão “ativo” na alternativa de resposta considerada como correta, a questão deverá ser anulada.	DEFERIDO	ANULADA
37	O processo de mandado de segurança não comporta a interposição de embargos infringentes.	Não há indicação expressa no novo CPC de que a vedação à condenação ao pagamento de honorários de sucumbência em sede de mandado de segurança tenha sido extinta, revogada, ou mesmo relativizada. Trata-se de interpretação que ainda não encontra respaldo em jurisprudência nem em doutrina, portanto, prevalece o entendimento da Súmula 512 do STF.	INDEFERIDO	-
39	É legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o	A incidência de contribuição previdenciária sobre o decimo-terceiro salário é permitida expressamente pela Súmula 688 do STF, estando correta a alternativa	INDEFERIDO	-

	décimo-terceiro salário.	de resposta indicada pelo gabarito.		
42	Apropriação indébita previdenciária.	A matéria tratada nesta questão está inserida na rubrica do edital "Crimes contra a Seguridade Social", nos quais se inclui o crime de apropriação indébita previdenciária.	INDEFERIDO	-
44	A pretensão de "desaposentação" não encontra guarida no regime geral de previdência social.	A desaposentação não está regulamentada no Direito Brasileiro, tendo sido essa a conclusão expressa a que chegou o STF no julgamento do RE 661256, de 2017, em caso de repercussão geral, portanto não é possível a sua aplicação de acordo com o atual entendimento que prevalece no país.	INDEFERIDO	-
45	Os benefícios por ele concedidos são aqueles exclusivamente previstos no regime geral de previdência social.	A alternativa correta encontra fundamento no artigo 4º, inciso I, da Lei Municipal nº 10.684/2005, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais do Município de João Pessoa.	INDEFERIDO	-
47	Constitui abuso de autoridade qualquer atentado ao sigilo de correspondência	A exceção ao princípio de vedação ao sigilo não afasta a noção de crime de abuso de autoridade sempre que verificado um atentado ao referido princípio.	INDEFERIDO	-
49	Uma pessoa jurídica pode figurar como sujeito ativo de uma infração penal.	A penalização dos menores infratores está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.	INDEFERIDO	-